

RELATÓRIO ANUAL **2016**

The page features several decorative orange wavy lines that originate from the right side and curve downwards and to the left, framing the central text.

Sumário

A FPPS em 2016	01
Governança	03
Plano Promon MultiFlex	06
Rentabilidade	06
Política de investimentos	09
Plano anual de custeio para 2017	11
Retirada parcial de patrocínio	11
Plano Promon BásicoPlus	14
Rentabilidade	14
Política de investimentos	17
Plano anual de custeio para 2017	19
Retirada parcial de patrocínio	19
Plano de Gestão Administrativa	22
Política de investimentos	22
Atualizações da legislação	25
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	26

A FPPS em 2016

Mais antiga entidade fechada de previdência complementar patrocinada por um grupo privado do país, com 41 anos de existência, a Fundação Promon de Previdência Social (FPPS) encerrou 2016 contabilizando realizações importantes, desde o bom desempenho de seus planos aos avanços nas ações de comunicação e de educação financeira e previdenciária dos participantes, além de iniciativas que reforçaram suas práticas de *compliance*.

Apesar do turbulento ambiente econômico nacional, os dois planos administrados pela FPPS registraram resultados positivos em 2016 e encerraram o exercício contando com ativos totais na ordem de R\$ 1,47 bilhão.

O plano Promon MultiFlex, da modalidade contribuição definida, encerrou o ano com ativos financeiros da ordem de R\$ 656 milhões e apresentou uma rentabilidade de 16,4%, acima do CDI, seu *benchmark*, que ficou em 14,0%, e muito acima da inflação oficial de 6,3%, medida pelo IPCA. Apesar do cenário econômico adverso, o bom desempenho do plano no período demonstra o acerto de uma série de adequações promovidas na carteira de investimentos ainda em 2015.

O plano Promon BásicoPlus, da modalidade benefício definido, que teve suas adesões encerradas em 2005, registrou ao final de 2016 ativos totais de R\$ 817 milhões e um superávit técnico de R\$ 184 milhões, o que possibilitou o registro de uma reserva de contingência de R\$ 118 milhões e de uma expressiva reserva especial, de quase R\$ 66 milhões. Como determina a legislação, esse excesso do superávit sobre a reserva de contingência foi transferido para um fundo previdencial de revisão de plano.

Será proposto ao Conselho Deliberativo um plano de destinação integral dessa reserva, a ser submetido à aprovação do órgão fiscalizador dos fundos de pensão. O plano atingiu uma rentabilidade de 12,7% no ano, aproximadamente igual à sua meta atuarial de 12,8%. O maior destaque do plano continua sendo sua sólida capacidade de atender os compromissos futuros de pagamento de benefícios.

Finalizamos 2016 com 2.581 participantes: 546 no plano BásicoPlus, e 2.035 no plano MultiFlex. Ao longo do ano, a FPPS pagou aos seus 745 assistidos benefícios previdenciários da ordem de R\$ 86,3 milhões e recebeu contribuições no valor total de R\$ 17,0 milhões para seus participantes ativos e autopatrocinados.

A Fundação continuou a se dedicar a consolidar seu sistema e seus processos de controle interno e de gestão de riscos. As avaliações de risco realizadas no ano não registraram nenhum risco significativo para a FPPS e seus planos.

Cultivar um relacionamento mais próximo com os participantes, com iniciativas agregadoras de valor, foi outro item importante da agenda de iniciativas da Fundação, que investiu na revitalização de seus canais de comunicação. Ao longo de 2016, a FPPS deu prosseguimento a campanhas de esclarecimento de tópicos previdenciários para os profissionais de suas patrocinadoras e lançou um *website* com o seu Programa de Educação Previdenciária e Financeira, tendo como público-alvo, na fase inicial, os participantes ativos. São notícias, vídeos, cursos, dicas e textos que abordam temas como finanças pessoais, orçamento doméstico, classes de investimentos e previdência, entre outros. Para 2017, a ideia é disponibilizar o *website* para todos os demais participantes.

Por fim, entre as novidades do ano, vale citar a disponibilização de um aplicativo que permite ao participante acessar, a partir de seu celular, informações de seu interesse como saldos, contribuições, rentabilidades e benefícios.

A FPPS segue engajada em organizações que contribuam para o desenvolvimento do setor, mantendo representantes em alguns fóruns da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e contando com a participação de um de seus executivos na direção da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (Apep).

Em 2017, a expectativa de continuação de alguma volatilidade nos mercados de renda fixa e variável – embora em um momento mais favorável de queda da inflação e das taxas de juros – ainda inspira cautela na escolha dos

investimentos das entidades de previdência complementar, e com a Fundação Promon não será diferente.

A Fundação planeja iniciar estudos para evoluir o plano MultiFlex, visando adequá-lo aos novos perfis de participantes e patrocinadoras. De um lado, o plano conta com um número expressivo de assistidos, com um significativo volume de reservas; de outro, tem um contingente de participantes mais jovens e com reservas menores.

O propósito de todas essas iniciativas é aquele que inspira as atividades da Fundação: ser uma entidade a serviço de seus participantes, seja administrando com rigor, eficiência e transparência seus planos previdenciários, seja estimulando o planejamento da aposentadoria e a formação de reservas que possam assegurar um futuro financeiramente mais tranquilo.

PARTICIPANTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

	MultiFlex	BásicoPlus	Total
Assistidos	233	512	745
Funcionários	1.241	5	1.246
Autopatrocinados	477	29	506
Vinculados	84	0	84
Total	2.035	546	2.581

Programa de Educação Previdenciária e Financeira

O *website* do Programa de Educação Previdenciária e Financeira traz notícias, cursos online, vídeos, planilhas e outras ferramentas que ajudam a reforçar os conhecimentos dos participantes sobre os temas previdenciários e financeiros.

Esse *website* complementa o Portal do Participante, na medida em que auxilia os participantes na elaboração e no controle de seu planejamento financeiro e previdenciário.

www.educafpps.com.br



Governança

Em termos de governança, dois fatos importantes marcaram o ano.

O primeiro deles foi a renovação da composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação, com mandatos até setembro de 2019, assim como a recondução da Diretoria Executiva ao posto por mais um triênio.

De acordo com o Estatuto da FPPS, o Conselho de Administração da Promon S. A. designou quatro membros para compor o Conselho Deliberativo: Luiz Fernando Telles Rudge, na função de presidente do Conselho, e João Aparecido Gotardi Albanezi, Luiz Gonzaga Marinho Brandão e Márcio Nieblas Zapater, na função de conselheiros. Como determinado pelo Estatuto, outros três membros, com os respectivos suplentes, foram escolhidos diretamente pelos participantes por meio de eleição: Claudio Pfszter, Moisés Falco e Raul Antonio Del Fiol foram eleitos conselheiros titulares; Eduardo Werneck Vieira Marques, Ivan Cozaciuc e Lígia Senise Ferreira Bussad, conselheiros suplentes.

Ainda mediante atribuição estabelecida no Estatuto, o Conselho de Administração da Promon S. A. designou Fábio Bittencourt R. de Oliveira e Márcio Emídio Gavioli para compor o Conselho Fiscal da FPPS, órgão que se completa com as profissionais eleitas pelos participantes Rosana Bretzel (titular) e Caren Tie Itagaki (suplente).

O Conselho Deliberativo reconduziu Milton Lopes Antelo Filho para o cargo de diretor-presidente da FPPS, assim como Marcia Fernandes Kopelman e Mário Sérgio de Pina Ribeiro para compor sua Diretoria Executiva nesse novo mandato.

Nos termos do Estatuto da Fundação, o Conselho Deliberativo aprovou ainda a extinção do

Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento sem competência deliberativa que havia sido instituído em 2013.

O segundo fato a destacar em governança foi o lançamento do Código Complementar de Conduta da FPPS. A Fundação adere ao Código de Conduta da Promon, mas considerou relevante complementá-lo com regras e princípios voltados às suas partes relacionadas específicas: participantes, patrocinadores, outros fundos de pensão, gestores de investimentos e órgãos reguladores e fiscalizadores. Além do relacionamento com esses públicos, o Código Complementar da FPPS aborda questões relacionadas a conflitos de interesse específicos na área de investimentos. Ambos os Códigos estão disponíveis no *website* institucional da Fundação na internet.

A Fundação Promon também registrou notícias positivas vindas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o órgão do Ministério da Fazenda responsável pela supervisão e fiscalização dos fundos de pensão. O comunicado da finalização da diligência fiscal promovida pela autarquia no fim de 2015 apontou a aderência da entidade aos requisitos legais nos itens auditados. Foram apontadas apenas três sugestões de melhorias operacionais, as quais já foram implementadas.

As tabelas a seguir apresentam, para os exercícios findos em 2016 e 2015:

- **o balanço patrimonial da Fundação;**
- **a demonstração da mutação do patrimônio social da Fundação;**
- **a demonstração da mutação do ativo líquido dos planos Promon MultiFlex e Promon BásicoPlus.**

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em milhares de R\$

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
Disponível	1.119	887	Exigível operacional	1.311	1.302
Realizável	1.472.092	1.356.657	Gestão previdencial	578	789
Gestão previdencial	34	27	Gestão administrativa	710	513
Gestão administrativa	85	167	Investimentos	23	-
Investimentos	1.471.973	1.356.463	Exigível contingencial	474	722
Títulos públicos	612.310	571.919	Gestão previdencial	474	722
Créditos privados e depósitos	13.389	14.398	Patrimônio social	1.471.426	1.355.521
Fundos de investimento	764.074	682.882	Patrimônio de cobertura do plano	1.394.557	1.320.184
Investimentos imobiliários	65.647	66.437	Provisões matemáticas	1.275.055	1.172.372
Empréstimos	15.365	19.472	• Benefícios concedidos	865.444	751.081
Outros realizáveis	1.188	1.355	• Benefícios a conceder	409.611	421.291
Permanente	-	1	Equilíbrio técnico	119.502	147.812
Diferido	-	1	Resultados realizados	119.502	147.812
			Superávit técnico acumulado	119.502	147.812
			Fundos	76.869	35.337
			Fundos previdenciais	69.368	28.540
			Fundos administrativos	7.482	6.755
			Fundos dos investimentos	19	42
Total do ativo	1.473.211	1.357.545	Total do passivo	1.473.211	1.357.545

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 | Valores em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social – Início do exercício	1.355.521	1.268.242	7
1. Adições	209.482	160.089	31
(+) Contribuições previdenciais	16.960	26.061	(35)
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	184.344	126.788	45
(+) Reversão de contingências Gestão previdencial	248	-	100
(+) Receitas administrativas	6.958	6.458	8
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão administrativa	972	782	24
2. Destinações	(93.577)	(72.810)	29
(-) Benefícios	(86.351)	(66.000)	31
(-) Constituição de contingências Gestão previdencial	-	(242)	(100)
(-) Despesas administrativas	(7.203)	(6.568)	10
(-) Reversão de fundos de investimentos	(23)	-	100
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	115.905	87.279	33
(+/-) Provisões matemáticas	102.683	85.034	21
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(28.310)	(25.242)	12
(+/-) Fundos previdenciais	40.828	26.817	52
(+/-) Fundos administrativos	727	672	8
(+/-) Fundos dos investimentos	(23)	(2)	1.050
B) Patrimônio social – Fim do exercício (A+3)	1.471.426	1.355.521	9

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 | Valores em milhares de R\$

MultiFlex	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido – Início do exercício	576.153	523.267	10
1. Adições	109.929	78.465	40
(+) Contribuições	18.070	26.800	(33)
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	91.859	51.665	78
2. Destinações	(31.798)	(25.579)	24
(-) Benefícios	(30.345)	(24.136)	26
(-) Custeio administrativo	(1.453)	(1.443)	1
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	78.131	52.886	48
(+/-) Provisões matemáticas	79.007	50.068	58
(+/-) Fundos previdenciais	(2.014)	3.670	(155)
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	1.138	(852)	(234)
B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3)	654.284	576.153	14
C) Fundos não previdenciais	1.528	1.841	(17)
(+/-) Fundos administrativos	1.528	1.841	(17)

BásicoPlus	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido – Início do exercício	772.571	738.848	5
1. Adições	93.364	76.066	23
(+) Contribuições	631	942	(33)
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	92.485	75.124	23
(+) Reversão de contingências Gestão previdencial	248	-	100
2. Destinações	(56.294)	(42.343)	33
(-) Benefícios	(56.006)	(41.864)	34
(-) Constituição de contingências Gestão previdencial	-	(242)	(100)
(-) Custeio administrativo	(288)	(237)	22
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	37.070	33.723	10
(+/-) Provisões matemáticas	23.676	34.966	(32)
(+/-) Fundos previdenciais	42.842	23.147	85
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(29.448)	(24.390)	21
B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3)	809.641	772.571	5
C) Fundos não previdenciais	5.973	4.956	21
(+/-) Fundos administrativos	5.954	4.914	21
(+/-) Fundos dos investimentos	19	42	(55)

Plano Promon MultiFlex

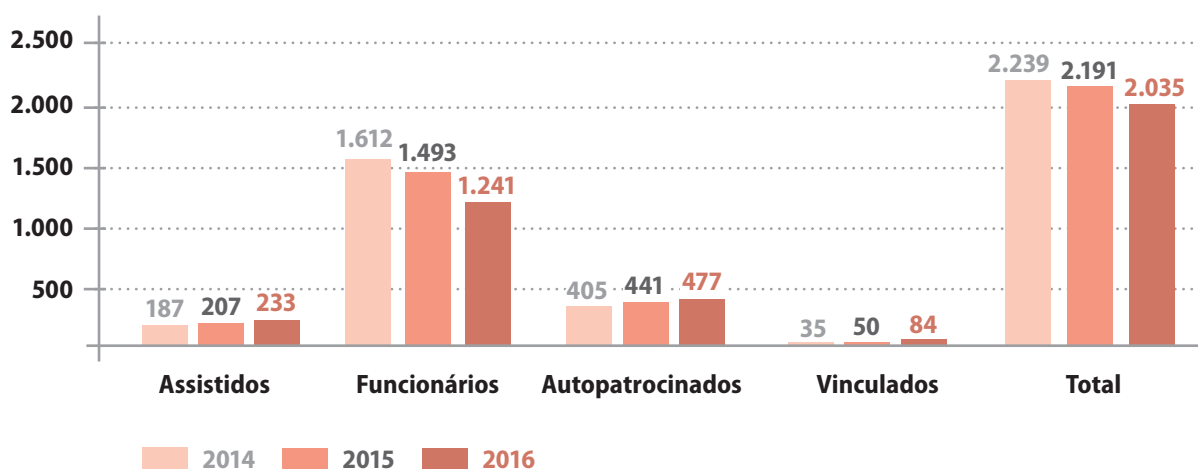
Rentabilidade

O Promon MultiFlex é um plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. O valor dos benefícios é calculado em função do montante individual acumulado até o momento da solicitação da aposentadoria como resultado das contribuições feitas pelas patrocinadoras (e opcionalmente pelos participantes) e dos rendimentos financeiros resultantes de sua aplicação, sendo pagos na forma de renda por prazo certo.

No fim de 2016 o ativo total do plano alcançou R\$ 656,5 milhões, valor 13,4% superior ao de dezembro de 2015.

O valor da quota do plano MultiFlex apresentou no ano uma rentabilidade nominal expressiva de 16,1%, superior ao CDI de 14,0% e ao INPC do período, que registrou 6,6%. Nos onze anos e meio desde a implantação do plano, sua rentabilidade real, acima do INPC, foi equivalente a 6% ao ano. O gráfico ao lado ilustra as rentabilidades obtidas nos últimos cinco anos.

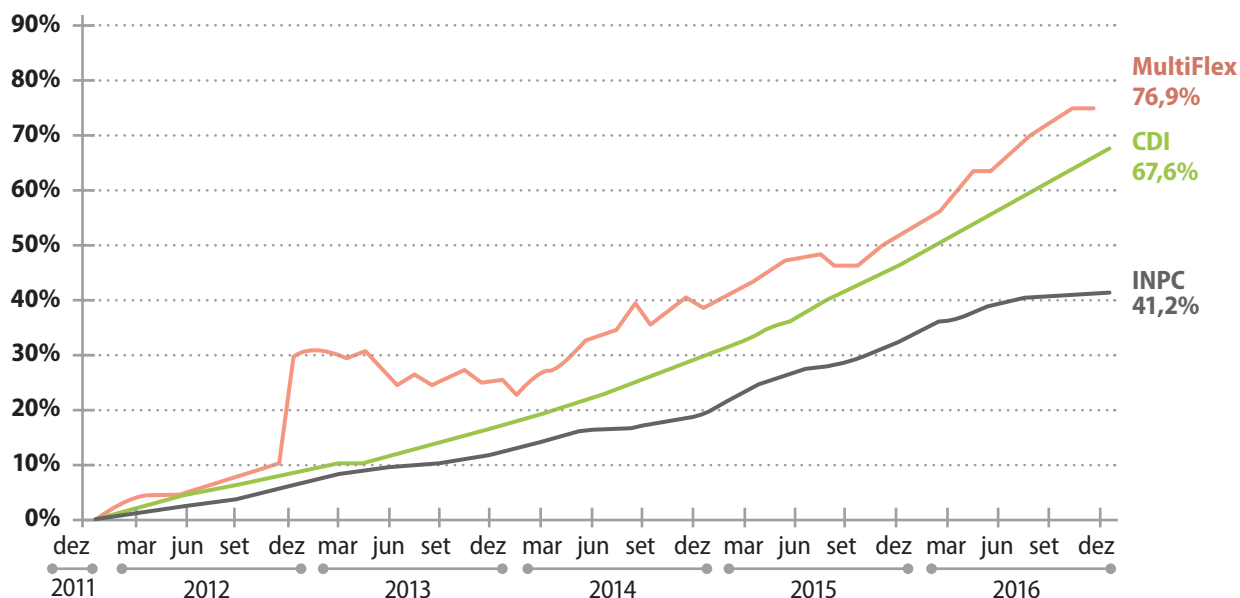
NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON MULTIFLEX



Os aportes voluntários dos participantes ativos somaram R\$ 9,9 milhões em 2016, patamar ligeiramente inferior ao montante de 2015 em valores absolutos, mas que representa um aumento de contribuições se considerado o volume de recursos por participante. Isso denota a continuidade da importância dada pelos profissionais ao seu planejamento previdenciário e ao papel de aliada da FPPS nesse processo.

Acontecimentos relevantes fizeram de 2016 um período singular. O Brasil vivenciou sua pior crise política em décadas e presenciou-se, mais uma vez, o *impeachment* de um presidente da República. As inúmeras incertezas trouxeram alta volatilidade para alguns ativos financeiros e para o câmbio, além de graves desdobramentos negativos para a economia de maneira geral. O PIB continuou sua trajetória de queda expressiva e fechou 2016 com retração de 3,6%.

VARIAÇÃO DA QUOTA MULTIFLEX NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS



Considerando-se também o ano de 2015, quando o país perdeu o grau de investimento e assistiu à continuidade da forte queda no preço internacional das *commodities*, registramos o biênio com o pior resultado da economia brasileira desde a década de 1920.

No entanto, com o novo governo e a equipe econômica a postos, os últimos meses de 2016 passaram a apresentar indicadores mais promissores. São boas as expectativas de juros mais baixos para a taxa Selic em 2017, sobretudo pelo surpreendente resultado alcançado pela inflação medida pelo IPCA, que ficou em 6,29% em 2016, próxima ao limite superior da meta definida pelo Banco Central. O risco Brasil, aferido pelo CDS (*credit default swap*), começou o ano em 495 pontos-base e terminou na faixa de 280 pontos-base, indicando forte redução da probabilidade de o país não conseguir fazer frente a seus compromissos de pagamento. O real ganhou perto de 20% frente ao dólar norte-americano, sendo cotado a R\$ 3,25 no fim de dezembro, depois de ter ultrapassado R\$ 4,00 em fevereiro de 2016. Por outro lado, os dados do fim de 2016 mostraram uma intensa deterioração das condições de emprego e de renda no Brasil.

Para contornar as oscilações de mercado que vinham sendo verificadas desde meados de 2014, o plano MultiFlex passou a adotar uma política de investimentos mais cautelosa, evitando ficar exposto em demasia às oscilações dos preços dos ativos. Fizemos, em 2015, uma forte redução na exposição em renda variável e migramos para fundos DI parte de nossa posição em títulos públicos indexados à inflação, como estratégia para reduzir a volatilidade causada pelo comportamento da bolsa de valores brasileira e dos juros de longo prazo. Reduzimos, já em 2016, a quantidade de gestores responsáveis por fundos abertos de renda variável, privilegiando os que vinham apresentando melhor retorno. Todos esses ajustes produziram o efeito desejado na carteira. A volatilidade ainda verificada no mercado em 2016 trouxe impactos mais suaves sobre a rentabilidade da quota do plano.

A **carteira de renda fixa** do plano MultiFlex encerrou o ano com um volume da ordem de R\$ 505,7 milhões, correspondentes a mais de 77% dos recursos garantidores do plano. Essa carteira, que havia registrado um resultado inferior ao CDI em 2015, encerrou o ano de 2016 com uma relevante rentabilidade de 17,9%,

superior à variação de 14,0% apresentada pelo CDI, seu marco de referência. Compõem a carteira cerca de R\$ 161,5 milhões em títulos públicos, além de R\$ 338,5 milhões investidos em fundos administrados por gestores selecionados pela FPPS, e R\$ 5,7 milhões em títulos privados.

Após três anos de dificuldades para os mercados de risco, em decorrência do ambiente econômico turbulento nesse período, que impediu a retomada dos investimentos por parte das empresas e provocou forte retração da economia interna, em 2016 a bolsa de valores brasileira voltou a registrar uma expressiva valorização. Observou-se ainda uma reversão de expectativas em empresas específicas, como a Petrobras e a Eletrobrás, em razão da mudança no comando dessas estatais e das medidas adotadas na linha de geração de valor para o acionista.

Como consequência, a **carteira de renda variável** do MultiFlex, após registrar três anos de desempenho negativo, iniciou um período de recuperação, fechando 2016 com uma excelente rentabilidade de 22,0%. Ao fim do período, a carteira somava cerca de R\$ 40,0 milhões, sendo R\$ 18,5 milhões investidos em dois fundos exclusivos, administrados por gestores escolhidos pela FPPS, e R\$ 21,4 milhões de aplicações em cinco fundos abertos.

A classe de ativos denominada **investimentos estruturados** é composta de aplicações em fundos multimercados abertos com perfil de risco mais agressivo e da participação em um fundo de investimento imobiliário. Esses investimentos, que tradicionalmente apresentam maior volatilidade, haviam reagido bem em 2015, mas, em 2016, sofreram com o prolongamento do momento turbulento. Sua rentabilidade provém de reavaliações do valor de empresas que compõem os fundos de participações

em que o plano tem quotas. O total aplicado nessa carteira no fim do ano atingiu R\$ 76,3 milhões, correspondentes a 11,7% dos recursos garantidores do plano. Sua rentabilidade foi de 12,2%, valor inferior aos 14,0% de seu índice de referência, o CDI.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. O MultiFlex possui investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado norte-americano. O total investido nessa carteira, no fim de 2016, era de R\$ 17,6 milhões, equivalentes a 2,7% dos recursos do plano. Após registrar uma rentabilidade excepcional de mais de 52% no período anterior, em 2016 a carteira foi fortemente impactada pela valorização do real frente ao dólar norte-americano e apresentou uma rentabilidade negativa de 14,9%. O objetivo da iniciativa é diversificar mercados e ter acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil.

O plano MultiFlex administra ainda uma **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 14,7 milhões, cerca de 2,2% do total dos ativos, e rentabilidade de 13,8%. Essa carteira corresponde a um volume de 622 contratos que atendem a 524 participantes.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

No exercício, a Mercer Human Resource Consulting Ltda., novo atuário da FPPS, realizou os estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício para a parcela da reserva dedicada aos benefícios de risco, de forma a atender a dispositivos previstos pela legislação.

Um dos estudos visou verificar a aderência e a adequação da taxa real de juros do plano de benefícios às características de sua massa de participantes, ao seu regulamento e à sua carteira de investimentos. Essa adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para a aplicação dos recursos garantidores do plano.

O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em suas reuniões de 14 de dezembro de 2016 e 27 de janeiro de 2017, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício de 2016. A taxa real de juros adotada foi de 5,35% ao ano, ligeiramente superior à taxa de 5,0% que vinha sendo considerada nas avaliações atuariais dos últimos exercícios. Este ligeiro aumento procura reconhecer a subida circunstancial de juros ocorrida no país nos últimos anos, mas mantém o conservadorismo exigido, uma vez que os cenários econômicos indicam queda dessas taxas para os próximos períodos. As demais premissas e hipóteses utilizadas no período anterior foram mantidas inalteradas para 2016.

Política de investimentos

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 14 de dezembro de 2016, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano MultiFlex, válida para o período 2017-2021, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Para subsidiar a deliberação, a exemplo dos anos anteriores, a Fundação Promon contou com o apoio da empresa especializada Aditus para realizar um novo *Estudo Tático de Fronteira Eficiente*. Esse estudo verifica a relação entre a volatilidade e o retorno esperados para as diversas classes de ativos que compõem o portfólio de investimentos do plano, permitindo a construção de carteiras que tendem a produzir o máximo de rentabilidade dentro do nível de risco considerado adequado ao plano.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO/MANDATO

Segmento / Mandato	Índice de Referência Benchmark	Limite Legal	Alocação-Objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa	65% CDI + 35% IMAB	100%	73%	22%	100%
Renda variável	IBrX	70%	7%	0%	30%
Investimentos estruturados	CDI	20%	13%	0%	20%
Investimentos no exterior	MSCI Global (ACWI)	10%	5%	0%	5%
Imóveis	INPC+5% ao ano	8%	0%	0%	8%
Operações com participantes	INPC+5% ao ano	15%	2%	0%	15%

Adicionalmente, a construção do portfólio de investimentos da Fundação leva em conta as restrições de aplicação em classes de ativos impostas pela Legislação vigente (Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.792, de 24 de setembro de 2009). Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

O bom desempenho do plano no período demonstra o acerto de uma série de adequações promovidas na Política de Investimentos em 2016. Como já dito, em 2017, a expectativa de continuação de alguma volatilidade nos mercados de renda fixa e variável, embora em um cenário mais favorável de queda de inflação e das taxas de juros, ainda inspira cautela em alguns investimentos das entidades de previdência complementar. Dessa maneira, as alterações aprovadas para a Política do próximo período pouco diferem da vigente no ano anterior. Sua principal alteração foi o aumento de 68% para 73% da alocação-objetivo na renda fixa, com correspondente redução de 10% para 7% na renda variável (ainda reconhecendo as baixas expectativas de retorno nas aplicações em bolsa nesse momento econômico do país), e redução de 4% para 2% da alocação-objetivo para as operações com participantes (empréstimos).

APREÇAMENTO

Desde 31 de dezembro de 2012, a Fundação Promon pratica a marcação a mercado para todos os ativos que compõem o portfólio de aplicações do plano MultiFlex, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado na data de cálculo ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro naquela data. Tal preço de mercado para os diferentes ativos é estabelecido por um agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S. A.

DERIVATIVOS

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem derivativos tão somente para fins de *hedge*, vetando-lhes a prática de operações a descoberto ou alavancadas. Essas restrições não existem na carteira de fundos multimercados não institucionais que integra o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito pela custódia e, adicionalmente, por relatórios semanais gerados por consultores especializados em gestão de risco contratados pela FPPS.

Plano anual de custeio para 2017

O plano anual de custeio para o período compreendido entre abril de 2017 e março de 2018 mantém a contribuição mensal básica efetuada pelas patrocinadoras para os participantes ativos, definida no regulamento do plano como sendo de 5% do salário nominal do participante ativo.

As patrocinadoras decidiram continuar a não realizar contribuições normais nesse próximo período, aquelas adicionais às contribuições básicas, mantendo a prática adotada desde abril de 2016. As patrocinadoras não realizarão contribuição para custeio dos benefícios de risco (morte e invalidez de participante ativo) durante o próximo período, visto que o valor presente dos benefícios está coberto pelo patrimônio do plano.

Os participantes autopatrocinados devem, necessariamente, realizar a contribuição básica mensal de 5% do salário nominal. A contribuição destinada à cobertura dos benefícios de risco também não precisará ser paga por tais participantes durante o período.

O custeio administrativo terá como fontes a contribuição individual feita por todos os participantes e uma destinação dos rendimentos dos investimentos. O valor mensal da contribuição individual será alterado para R\$ 60,00 por participante (ativo, autopatrocinado, vinculado ou assistido), uma correção semelhante à inflação do último ano. A complementação necessária será feita mediante a manutenção da destinação, no ano, do correspondente a 0,40% dos investimentos dos recursos garantidores do plano, conforme decisão do Conselho Deliberativo tomada na reunião de 14 de março de 2017.

Retirada parcial de patrocínio

Como informado anteriormente, com a venda da participação acionária que a Promon detinha na Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda. e na Vectura Serviços e Software Ltda., ambas as empresas solicitaram em 2015 a retirada de seu patrocínio no plano MultiFlex. Os documentos que suportam essa solicitação, devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo da FPPS, continuam em processo de análise junto ao órgão fiscalizador (Previc). Depois de concedida a autorização legal, os participantes vinculados a essas duas patrocinadoras exercerão seu direito de opção, individualmente, em relação ao montante dos recursos que lhes couber.

A Fundação Cultural Promon, também patrocinadora, mas sem participantes vinculados ao MultiFlex, aproveitou a oportunidade para solicitar a retirada de seu patrocínio do plano.

Os processos não trazem nenhuma consequência para os demais participantes.

As tabelas a seguir apresentam:

- **a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;**
- **o comparativo de alocação em cada classe de ativo;**
- **o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.**

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

MultiFlex

SEGMENTOS	2016	2015	2014
Renda fixa	17,9%	11,4%	12,6%
Renda variável	21,9%	(5,8%)	(0,4%)
Investimentos estruturados	12,2%	14,7%	8,5%
Investimentos no exterior	(14,9%)	52,3%	18,4%
Empréstimos	13,8%	17,9%	12,7%
Total	16,4%	10,2%	10,6%

INDICADORES

CDI	14,0%	13,2%	10,8%
50% CDI – 50% IMAB	19,3%	11,0%	12,6%
Ibovespa	38,9%	(13,3%)	(2,9%)
IBrX	36,7%	(12,4%)	(2,8%)
INPC+5% ao ano	12,8%	16,5%	11,7%

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

MultiFlex	31/12/2016		31/12/2015		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
Renda fixa	505.666	77,2	428.305	74,3	22%	100%	100%
Títulos privados	5.706	0,9	5.841	1,0			
Fundos exclusivos	382.799	58,5	307.782	53,4			
Fundos abertos	117.161	17,9	114.682	19,9			
Renda variável	39.950	6,1	48.474	8,4	0%	30%	70%
Fundos exclusivos	18.527	2,8	14.228	2,5			
Fundos abertos	21.423	3,3	34.246	5,9			
Investimentos estruturados	76.253	11,6	68.075	11,8	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	46.153	7,0	40.582	7,0			
Fundos abertos	30.100	4,6	27.493	4,8			
Investimentos no exterior	17.553	2,7	12.672	2,2	0%	5%	10%
Investimentos imobiliários	-	-	-	-	0%	8%	8%
Empréstimos a participantes	14.597	2,2	18.567	3,2	0%	15%	15%
Disponível	872	0,1	695	0,1			
Total	654.891	100,0	576.788	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 3.792, de 24/9/2009, alterada pela Resolução CMN n. 4.275, de 31/10/2013.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

MultiFlex	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	654.891	100,0	576.788	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	21.176	3,2	25.102	4,4
Investimentos de renda fixa	5.706	0,9	5.841	1,0
Títulos privados	5.706	0,9	5.841	1,0
Empréstimos a participantes	14.597	2,2	18.567	3,2
Disponível	872	0,1	695	0,1
GESTÃO TERCEIRIZADA	633.716	96,8	551.686	95,6
Investimentos de renda fixa	499.960	76,3	422.465	73,2
Bradesco FIC Jequitibá ^{(a) (b)}	221.352	33,8	176.952	30,7
• Santander FI Angelim	75.845	11,6	46.618	8,1
• Votorantim FI Angico	36.655	5,6	42.278	7,3
• Bradesco Sucupira ^(c)	46.050	7,0	38.878	6,7
• Itaú FI Paineira	46.934	7,2	33.041	5,7
• BNP Paribas FI Garantãs	15.868	2,4	16.137	2,8
Bradesco Mogno ^(a)	94.851	14,5	77.598	13,5
Santander Sucupira II ^{(a) (c)}	66.597	10,2	53.232	9,2
Bradesco Referenciado DI Federal Extra	54.803	8,4	51.813	9,0
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo	54.116	8,3	51.476	8,9
BRZ Multi Recebíveis II	6.170	0,9	9.624	1,7
Lacan Equil FIM	2.071	0,3	1.770	0,3
Investimentos de renda variável	39.950	6,1	48.474	8,4
Bradesco FIA Promon ^(a)	10.379	1,6	7.780	1,3
M Square FIC FIA	8.978	1,4	7.626	1,3
Intrag FIC FIA Pau Brasil ^{(a) (b)}	8.148	1,2	6.447	1,1
Pátria Pipe Feeder I FIC FIA	5.756	0,9	4.838	0,8
Vinci Valor Dividendos	3.327	0,5	2.960	0,5
Vinci Dividendos	2.766	0,4	2.262	0,4
Vinci Valor FIC FIA	595	0,1	753	0,1
BTG Pactual Dividendos FIA	–	–	7.224	1,3
BTG Pactual Absoluto FIA	–	–	6.609	1,1
Rio Bravo Fundamental FIA	–	–	1.573	0,3
Fator Sinergia FIA	–	–	402	0,1
Investimentos estruturados	76.253	11,6	68.075	11,8
Citibank Aroeira Multimercado FIC FI ^(a)	46.153	7,0	40.582	7,0
Pátria Real Estate III FIP	9.150	1,4	9.950	1,7
Pátria Real Estate II FIP	4.587	0,7	3.888	0,7
Verde AM V FIC FIM	7.254	1,1	7.812	1,4
Stratus SCP Brasil FIP	6.550	1,0	3.907	0,7
BTG Pactual Timberland FIC FIP	2.558	0,4	1.937	0,3
Investimentos no exterior	17.553	2,7	12.672	2,2
BB Multimercado Nordea IE FI	7.906	1,2	2.679	0,5
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	5.514	0,8	5.102	0,9
BB Multimercado BlackRock IE FI	4.133	0,6	4.891	0,8

^(a) Fundos exclusivos. | ^(b) Administrado pelo HSBC até o exercício anterior. | ^(c) Administrado pelo BTG Pactual até o exercício anterior.

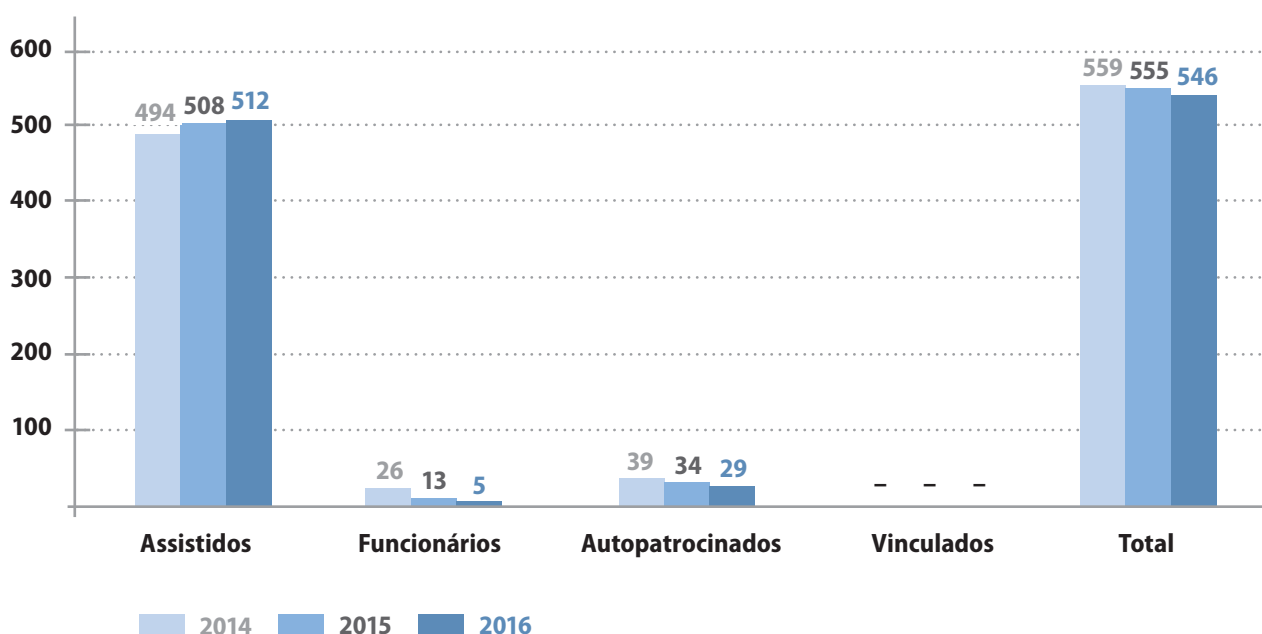
Plano Promon BásicoPlus

Rentabilidade

O Promon BásicoPlus é um plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido que teve suas adesões encerradas em 2005.

Os ativos do plano totalizaram R\$ 817,4 milhões no fim de 2016, representando uma rentabilidade bruta de 12,7% no período, valor aproximadamente igual à meta atuarial do plano, que ficou em 12,8%.

NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PLANO PROMON BÁSICOPLUS



Como comentado no início do capítulo anterior, o país viveu um período incomum em 2015-2016, com uma grave crise política e a continuidade de incertezas, desequilíbrios e impactos negativos na economia. Os últimos meses de 2016 trouxeram a queda do risco Brasil, boas expectativas para o retorno da taxa de inflação à sua meta e a perspectiva de redução da taxa de juros em 2017, mas tais melhorias ainda não foram suficientes para permitir a retomada dos investimentos e para reverter a profunda

deterioração das condições de emprego e de renda observada no ano.

Os investimentos do BásicoPlus, no entanto, souberam aproveitar a boa rentabilidade observada nos títulos públicos, assim como a forte valorização ocorrida na bolsa de valores brasileira.

A **classe de renda fixa**, com ativos de R\$ 631,2 milhões representando 77,8% dos ativos garantidores do plano, obteve um bom desempenho e superou sua meta atuarial,

alcançando 13,8% ao ano, valor ligeiramente inferior à taxa do CDI, que ficou em 14,0%. Dessa carteira, R\$ 612,3 milhões estão alocados em títulos públicos de prazos variáveis, a serem mantidos até seu vencimento e contratados com taxas superiores à meta atuarial, o que continua deixando o plano imune às decisões relativas à taxa Selic. Outros R\$ 18,9 milhões estão investidos em fundos exclusivos e abertos, administrados por gestores selecionados pela FPPS, e em títulos privados.

Por sua vez, a **carteira de renda variável** do BásicoPlus, responsável por 5,6% dos ativos garantidores do plano, registrou no ano um ótimo desempenho de 25,2%, embora inferior ao seu *benchmark*, o índice IBrX, que, após anos de rentabilidade negativa, ficou em 36,7%. No fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 45,3 milhões, dos quais R\$ 38,2 milhões estão investidos em dois fundos exclusivos, administrados por gestores escolhidos pela FPPS, e R\$ 7,1 milhões correspondem a aplicações em três fundos abertos e outros realizáveis.

As aplicações na classe denominada **investimentos estruturados**, cujos ativos são compostos de aplicações em fundos multimercados abertos e da participação em um fundo de investimento imobiliário, representam 6,7% do patrimônio total do plano. Embora tenham reagido bem em 2015, sofreram com o prolongamento do momento turbulento em 2016. Os recursos aplicados nessa carteira atingiram, no fim do ano, R\$ 54,5 milhões, e sua rentabilidade foi de 8,3%, valor inferior à sua meta atuarial. São investimentos que apresentam naturalmente uma maior volatilidade e que devem ser analisados pelo seu retorno de longo prazo.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. Foram feitos investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado norte-americano. O total investido nessa carteira, ao fim do ano, era de R\$ 13,9 milhões, equivalentes a 1,7% dos recursos do plano. Após registrar uma rentabilidade excepcional de mais de 52% em 2015, a carteira foi fortemente impactada pela valorização do real frente ao dólar norte-americano em 2016 e apresentou uma rentabilidade negativa de 13,9%. O objetivo da iniciativa é diversificar mercados e ter acesso a aplicações de renda variável não disponíveis no Brasil.

O plano BásicoPlus mantém ainda uma pequena **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 0,8 milhão. Os empréstimos são remunerados por meio da cobrança de INPC mais 6% ao ano.

A **carteira imobiliária** do plano BásicoPlus é composta por dez unidades e outras pequenas áreas para locação comercial no Condomínio São Luiz, na cidade de São Paulo, e corresponde a ativos no valor de R\$ 65,6 milhões ao fim de 2016, cerca de 8,1% da carteira do plano. Essa carteira obteve, no ano, uma rentabilidade de 5,7%, um resultado aquém do desejado, proveniente da vacância continuada observada em três das unidades, fruto do momento econômico pelo qual passam as empresas.

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

A avaliação atuarial foi elaborada a partir da adoção de um conjunto de hipóteses e métodos atuariais resultante de um processo de interação entre a Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuário contratado para realizar esse estudo, e a Fundação Promon, contando com o aval das patrocinadoras.

Em outubro de 2016, foram realizados pela Mercer os estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício, de forma a atender a dispositivos previstos pela legislação.

A metodologia utilizada pelo atuário para realização do cálculo de aderência da taxa de desconto teve por objetivo comprovar a adequação e a aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial de 2016 às características de sua massa de participantes, ao regulamento do plano e à sua carteira de investimentos. Tal adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores do plano. Após analisar as projeções realizadas, o atuário atestou que a carteira de ativos do plano apresenta condições de honrar o fluxo de pagamento de benefícios determinado para o plano pelas próximas décadas.

O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em suas reuniões de 14 de dezembro de 2016 e 27 de janeiro de 2017, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício de 2016. A taxa real de juros adotada foi de 5,35% ao ano, ligeiramente superior à taxa de 5,0% que vinha sendo considerada nas avaliações atuariais dos últimos exercícios. Este ligeiro aumento procura reconhecer a subida circunstancial de juros ocorrida no país nos últimos anos, mas mantém

o conservadorismo exigido para um plano com as características do BásicoPlus, uma vez que os cenários econômicos indicam queda dessas taxas para os próximos períodos. As demais premissas e hipóteses utilizadas no período anterior foram mantidas inalteradas para 2016.

1 Método de financiamento	Crédito unitário projetado
2 Taxa de desconto	INPC+5,35% ao ano
3 Tábua biométrica	AT-2000 (desagravada em 20%)
4 Crescimento salarial	3% ao ano para funcionários, salário de participação constante para autopatrocinados
5 Rotatividade de pessoal	Nula
6 Entrada em benefício	Experiência de aposentadoria antecipada BásicoPlus

SUPERÁVIT E RESERVA ESPECIAL

A Mercer, atuário da Fundação, ao apurar os resultados do período, registrou que o superávit técnico acumulado do plano ficou em R\$ 184,2 milhões. A importante relação entre esse superávit e o passivo atuarial excedeu o patamar determinado pela Resolução CNPC n. 22, de 25 de novembro de 2015 para o plano BásicoPlus. Esse patamar estabelece as definições acerca das regras de solvência dos planos e, como consequência, determina a fórmula de cálculo da reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados. Com isso, pelo quarto ano consecutivo o plano passou a apresentar uma reserva especial, ou seja, um valor excedente do superávit, da ordem de R\$ 66,0 milhões.

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC n. 26, de 29 de setembro de 2008, esse excesso do superávit sobre a reserva de contingência foi transferido para um fundo previdencial de revisão de plano e será objeto de um plano de destinação da integralidade desse valor, a ser

apresentado ainda em 2017 pela Diretoria da Fundação ao seu Conselho Deliberativo, instância competente perante a legislação para a definição de medidas, prazos e condições para a utilização dessa reserva especial.

Esse plano terá como base um parecer e estudo econômico-financeiro específico, a ser elaborado pelo atuário; após ser apreciado pelo Conselho Deliberativo, o plano será submetido à Previc para aprovação. Em seguida a essa aprovação, o montante integral da reserva será destinado em parte aos participantes do BásicoPlus e em parte às patrocinadoras, observada a proporção contributiva feita pelas partes, conforme determinado pela Resolução CGPC n. 26/2008.

Em função da criação desse fundo previdencial de revisão do plano, o BásicoPlus encerrou o exercício registrando uma reserva de contingência de R\$ 118,2 milhões.

Política de investimentos

O Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 14 de dezembro de 2016, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano BásicoPlus, válida para o período 2017-2021, obedecendo às disposições legais estabelecidas pela Resolução CGPC n. 7, de 4 de dezembro

de 2003, que define que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

Em face da maturidade do plano e dando continuidade ao trabalho que vem sendo feito periodicamente, a Fundação contratou, no segundo semestre de 2016, a realização de um novo estudo de *Asset Liability Management* (ALM), a cargo da empresa especializada Aditus. Trata-se de um estudo especialmente importante para planos da modalidade benefício definido, pois consiste em correlacionar os ativos constantes de sua carteira com o fluxo de pagamento dos compromissos futuros junto a seus participantes, procurando determinar a alocação estratégica ótima dos investimentos para que o plano cumpra suas obrigações de pagamento de benefícios. Seu resultado permitiu a aprovação da manutenção da distribuição atual da carteira pelo Conselho Deliberativo da entidade, com ajustes pontuais no portfólio.

A alocação-objetivo foi definida considerando ainda o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração dessa Política. Adicionalmente, a construção do portfólio de investimentos da Fundação leva em conta as restrições de aplicação em classes de ativos impostas pela legislação

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO/MANDATO

Segmento / Mandato	Índice de Referência Benchmark	Limite Legal	Alocação-Objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa	INPC+5% ao ano	100%	87%	48%	100%
Renda variável	IBrX	70%	5%	0%	20%
Investimentos estruturados	INPC+5% ao ano	20%	6%	0%	20%
Investimentos no exterior	MSCI Global (ACWI)	10%	1%	0%	2%
Imóveis	INPC+5% ao ano	8%	0%	0%	8%
Operações com participantes	INPC+5% ao ano	15%	1%	0%	2%

vigente (Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 3.792, de 24 de setembro de 2009). Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

Para fazer frente a esses cenários, a FPPS promoveu alguns ajustes em sua Política de Investimentos para o próximo período. Com relação à Política vigente no ano anterior, as principais alterações visaram tornar a carteira um pouco mais conservadora, dado o perfil atual de seus participantes, majoritariamente em fase de recebimento de benefício. Foram elas:

- aumento de 72% para 87% da alocação-objetivo na renda fixa, com correspondente redução de 6% para 5% na renda variável, reconhecendo as baixas expectativas de retorno nas aplicações em bolsa nesse momento econômico do país;
- redução de 11% para 6% nos investimentos estruturados, e de 2% para 1% nos investimentos no exterior, de forma a tornar a carteira um pouco mais conservadora;
- redução de 8% para 0% da alocação em imóveis, reconhecendo a necessidade de venda em momento futuro dos imóveis detidos pelo plano, de modo a dar liquidez a esses recursos.

APREÇAMENTO

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e dos fundos de investimentos (exclusivos ou não) nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela Anbima. Esse método consiste em registrar todos os

ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado ou, quando este não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro.

Isso não exclui, porém, a possibilidade de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva, o que é feito, por exemplo, nos títulos públicos que não estão sob gestão direta de terceiros. A decisão de aquisição desses títulos e sua manutenção na carteira até o vencimento foi a estratégia adotada para proteger o plano de eventuais volatilidades nas taxas de juros de longo prazo, o que efetivamente vem se verificando. A adoção desse critério, respaldada por nossa capacidade financeira de manter os títulos até o seu vencimento e confirmada pelo estudo de ALM realizado em 2016, está formalmente aprovada pelos órgãos reguladores. O cálculo do valor dos papéis na curva é realizado pelo agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S. A.

DERIVATIVOS

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem derivativos tão somente para fins de *hedge*, vetando-lhes a prática de operações a descoberto ou alavancadas. Essas restrições não existem na carteira de fundos multimercados não institucionais que integra o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito pela custódia e, adicionalmente, por consultores especializados em gestão de risco contratados pela FPPS.

Plano anual de custeio para 2017

A utilização da rentabilidade projetada para os excedentes patrimoniais como fonte de custeio do plano continuará permitindo manter, no período compreendido de abril de 2017 a março de 2018, apenas as contribuições necessárias à cobertura das despesas administrativas. Essa cobertura se dará por meio da reversão de recursos do fundo administrativo, isentando-se, dessa forma, a contribuição mensal realizada até então pelas patrocinadoras e pelos participantes autopatrocinados.

O Conselho Deliberativo aprovou ainda, para o mesmo período, a manutenção da destinação de 0,35% ao ano dos investimentos dos recursos garantidores para complemento da fonte de custeio do plano e a progressiva constituição de um fundo administrativo mais robusto.

Por motivos de caráter técnico e visando preservar a isonomia no tratamento da relação entre valor do benefício e tempo de participação no plano, as contribuições associadas à cobertura do serviço passado (a “joia” do plano de 1976) continuarão a ser cobradas, de acordo com o estabelecido no regulamento do plano.

Retirada parcial de patrocínio

Com a venda da participação acionária que a Promon detinha na Trópico Sistemas e Telecomunicações da Amazônia Ltda., esta empresa solicitou em 2014 a retirada de seu patrocínio no plano BásicoPlus. O processo e os documentos pertinentes, devidamente aprovados pelo Conselho Deliberativo da FPPS, haviam sido submetidos à análise e aprovados pelo órgão fiscalizador por meio da Portaria Previc n. 570, de 27 de outubro de 2015.

Em maio de 2016, os dezenove participantes vinculados a essa patrocinadora – todos eles assistidos ou autopatrocinados – exerceram seu direito de opção, individualmente, em relação ao montante dos recursos que lhes cabia, conforme determinado pela legislação pertinente. Sete participantes optaram por receber sua reserva em parcela única ou transferi-la para fundos abertos de bancos, enquanto doze optaram por permanecer no BásicoPlus.

O processo não trouxe nenhuma consequência para os demais participantes.

As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
- o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
- o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

BásicoPlus

SEGMENTOS	2016	2015	2014
Renda fixa	13,8%	17,2%	12,8%
Renda variável	25,2%	(8,1%)	(2,5%)
Investimentos estruturados	8,3%	19,8%	8,4%
Investimentos no exterior	(13,9%)	52,3%	18,4%
Imóveis	5,7%	(26,2%)	7,4%
Empréstimos	13,8%	17,1%	12,4%
Total	12,7%	10,3%	10,7%

INDICADORES

CDI	14,0%	13,2%	10,8%
Ibovespa	38,9%	(13,3%)	(2,9%)
IBrX	36,7%	(12,4%)	(2,8%)
INPC+5% ao ano (meta atuarial)	12,8%	16,5%	11,7%

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

BásicoPlus	31/12/2016		31/12/2015		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
Renda fixa	631.209	77,8	582.976	75,3	47%	100%	100%
Títulos públicos	612.311	75,5	571.919	73,9			
Títulos privados	7.683	0,9	8.558	1,1			
Fundos exclusivos	10.187	1,3	1.621	0,2			
Fundos abertos	1.028	0,1	878	0,1			
Renda variável	45.269	5,6	47.745	6,2	0%	20%	70%
Fundos exclusivos	38.200	4,7	34.155	4,4			
Fundos abertos	5.881	0,7	12.235	1,6			
Outros ativos	1.188	0,1	1.355	0,2			
Investimentos estruturados	54.524	6,7	57.971	7,5	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	17.132	2,1	24.409	3,2			
Fundos abertos	37.392	4,6	33.562	4,3			
Investimentos no exterior	13.848	1,7	17.669	2,3	0%	3%	10%
Investimentos imobiliários	65.647	8,1	66.437	8,6	0%	8%	8%
Empréstimos a participantes	767	0,1	906	0,1	0%	2%	15%
Disponível	147	0,0	86	0,0			
Total	811.411	100,0	773.789	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 3.792, de 24/9/2009, alterada pela Resolução CMN n. 4.275, de 31/10/2013.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

BásicoPlus	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	811.411	100,0	773.789	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	687.743	84,8	649.260	83,9
Investimentos de renda fixa	619.994	76,4	580.477	75,0
Títulos públicos	612.311	75,5	571.919	73,9
Títulos privados	7.683	0,9	8.558	1,1
Investimentos de renda variável	1.188	0,1	1.355	0,2
Ouro	1.188	0,1	1.355	0,2
Investimentos imobiliários	65.647	8,1	66.437	8,6
Edificações para renda	65.647	8,1	66.437	8,6
Empréstimos a participantes	767	0,1	906	0,1
Disponível	147	0,0	86	0,0
GESTÃO TERCEIRIZADA	123.668	15,2	124.529	16,1
Investimentos de renda fixa	11.215	1,4	2.499	0,3
Bradesco FIC Jequitibá ^{(a) (b)}	10.187	1,3	1.621	0,2
• Bradesco Sucupira ^(c)	3.491	0,4	356	0,0
• Santander FI Angelim	1.687	0,2	427	0,1
• Votorantim FI Angico	2.119	0,3	387	0,1
• Itaú FI Paineira	2.160	0,3	303	0,0
• BNP Paribas FI Guarantãs	730	0,1	148	0,0
Lacan Equil FIM	1.028	0,1	878	0,1
Investimentos de renda variável	44.081	5,4	46.390	6,0
Intrag FIC FIA Pau Brasil ^{(a) (b)}	21.742	2,7	18.821	2,4
Bradesco FIA Promon ^(a)	16.458	2,0	15.334	2,0
M Square FIC FIA	3.939	0,5	3.346	0,4
Vinci Valor Dividendos	1.109	0,1	987	0,1
Vinci Valor FIC FIA	833	0,1	1.054	0,1
BTG Pactual Dividendos FIA	–	–	2.206	0,3
BTG Pactual Absoluto FIA	–	–	1.223	0,2
Rio Bravo Fundamental FIA	–	–	3.147	0,4
Fator Sinergia FIA	–	–	274	0,0
Investimentos estruturados	54.524	6,7	57.971	7,5
Citibank Aroeira Multimercado FIC FI ^(a)	17.132	2,1	24.409	3,2
Pátria Real Estate II FIP	18.496	2,3	15.809	2,0
Pátria Real Estate III FIP	3.050	0,4	3.316	0,4
Verde AM V FIC FIM	8.589	1,1	9.249	1,2
Lacan Florestal FIP	5.979	0,7	4.220	0,5
BTG Pactual Timberland FIC FIP	1.279	0,2	968	0,1
Investimentos no exterior	13.848	1,7	17.669	2,3
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	6.638	0,8	7.653	1,0
BB Multimercado BlackRock IE FI	4.888	0,6	7.336	0,9
BB Multimercado Nordea IE FI	2.322	0,3	2.679	0,3

^(a) Fundos exclusivos. | ^(b) Administrado pelo HSBC até o exercício anterior. | ^(c) Administrado pelo BTG Pactual até o exercício anterior.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que registra as receitas e as despesas administrativas da Fundação. Possui balanço próprio, referente a seus gastos com a gestão previdencial e de investimentos e tem seus recursos financeiros aplicados conforme política de investimentos própria. Suas regras de funcionamento estão estabelecidas em seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As **despesas administrativas** são contabilizadas no PGA considerando-se o plano previdenciário correspondente, ou seja, as despesas específicas de cada plano de benefícios são alocadas diretamente a eles, e as despesas comuns aos planos são segregadas de acordo com um critério de rateio elaborado por consultores externos. O critério atual é resultante de um estudo elaborado pela empresa especializada JCM&B Consultores em 2015, que buscou definir a melhor maneira de distribuição, alocação e apropriação desses gastos comuns, proporcionando a visualização do real custo de cada um dos planos de benefícios da FPPS.

As despesas administrativas previdenciárias comuns foram, assim, rateadas na proporção do número de participantes de cada plano, ponderado segundo sua situação (ativo, autopatrocinado ou assistido), de maneira a refletir, da melhor forma possível, o esforço administrativo associado ao plano. Já as despesas administrativas comuns de

investimentos foram rateadas na proporção do valor do patrimônio de cada plano de benefícios. Em 2016, as despesas totalizaram R\$ 7,2 milhões, sendo R\$ 4,3 milhões referentes ao plano MultiFlex e R\$ 2,9 milhões referentes ao plano BásicoPlus.

As **receitas administrativas** representam as contribuições dos participantes e das patrocinadoras e a parcela dos rendimentos dos investimentos, de acordo com o plano anual de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. As contribuições em 2016 foram de R\$ 6,8 milhões, sendo R\$ 3,7 milhões correspondentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,1 milhões correspondentes ao plano BásicoPlus.

O patrimônio do PGA é constituído pela acumulação da diferença entre receitas e despesas administrativas de cada plano de benefícios, cuja sobra ou insuficiência no exercício é alocada ou revertida ao respectivo **fundo administrativo**. O saldo em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 7,5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhões do MultiFlex e R\$ 6,0 milhões do BásicoPlus.

Política de investimentos

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de 14 de dezembro de 2016, aprovou a Política de Investimentos para o próximo período de 2017, sem alterações em relação à Política vigente no ano anterior.

Segmento / Mandato	Índice de Referência Benchmark	Limite Legal	Alocação-Objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa	97,5% CDI	100%	92%	90%	100%
Renda variável	–	70%			
Investimentos estruturados	CDI	20%	8%	0%	10%
Investimentos no exterior	–	10%			
Imóveis	–	8%			
Operações com participantes	–	15%			

Os quadros a seguir apresentam a rentabilidade alcançada pelos investimentos nos três últimos períodos, a demonstração de resultados e as despesas administrativas referentes aos exercícios de 2016 e 2015.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PGA	2016	2015	2014
SEGMENTOS			
Renda fixa	10,9%	13,0%	10,6%
Investimentos estruturados	11,6%	–	–
Total	11,2%	13,0%	10,6%
INDICADORES			
CDI	14,0%	13,2%	10,8%

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS | Valores em milhares de R\$

PGA	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	6.789	100,0	6.774	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	100	1,5	107	1,6
Disponível	100	1,5	107	1,6
GESTÃO TERCEIRIZADA	6.689	98,5	6.666	98,4
Investimentos de renda fixa	6.132	90,3	6.666	98,4
Santander Soberano DI	6.132	90,3	6.666	98,4
Investimentos estruturados	557	8,2	–	–
Citibank Aroeira Multimercado FIC FI	557	8,2	–	–

DESPESAS ADMINISTRATIVAS | Valores em milhares de R\$

	MultiFlex		BásicoPlus		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Salários e encargos	2.433	1.914	1.407	1.264	3.840	3.178
Consultoria atuarial	111	118	55	98	166	216
Consultoria jurídica	121	79	60	52	181	131
Auditoria contábil	139	33	57	23	196	56
Sistemas e Comunicação	63	38	31	25	63	63
Gestão/Planejamento estratégico	537	512	258	353	865	865
Custódia	324	282	425	399	750	681
Impostos, taxas e tarifas	243	230	271	259	489	489
Outras despesas	331	296	336	593	667	889
Total	4.303	3.503	2.900	3.065	7.217	6.568

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 | Valores em milhares de R\$

PGA	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	6.755	6.083	11
1. Custeio da gestão administrativa	7.930	7.240	10
1.1. Receitas	7.930	7.240	10
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.741	1.681	4
Custeio administrativo dos investimentos	5.055	4.731	7
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	42	36	17
Resultado positivo dos investimentos	972	782	24
Outras receitas	120	10	1.100
2. Despesas administrativas	(7.203)	(6.568)	10
2.1. Administração previdencial	(3.773)	(3.137)	20
Pessoal e encargos	(2.309)	(1.812)	27
Treinamentos, congressos e seminários	(23)	(6)	283
Viagens e estadias	(11)	(7)	57
Serviços de terceiros	(994)	(865)	15
Despesas gerais	(189)	(129)	47
Depreciações e amortizações	–	(75)	(100)
Tributos	(247)	(243)	2
2.2. Administração dos investimentos	(3.405)	(3.431)	(1)
Pessoal e encargos	(1.532)	(1.364)	12
Treinamentos, congressos e seminários	(17)	(5)	240
Viagens e estadias	(8)	(5)	60
Serviços de terceiros	(533)	(565)	(6)
Despesas gerais	(936)	(1.165)	(20)
Tributos	(267)	(247)	8
Outras despesas	(112)	(80)	40
2.3. Outras despesas	(25)	–	(100)
3. Constituição/Reversão de contingências administrativas	–	–	–
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	–	–	–
5. Resultado negativo dos investimentos	–	–	–
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	727	672	8
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	727	672	8
8. Operações transitórias	–	–	–
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	7.482	6.755	11

Atualizações na legislação

Em 2016, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador/supervisor das entidades fechadas de previdência complementar, publicou importantes Instruções, que visaram disciplinar e alterar alguns procedimentos e obrigações dessas entidades. Um sumário das principais alterações está indicado a seguir:

Instrução Previc n. 25, de 4 fev. 2016	Dispõe sobre critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, bem como do ajuste de precificação de títulos públicos.
Instrução Previc n. 26, de 10 mar. 2016	Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados para a destinação de superávit e o equacionamento de déficit.
Instrução Previc n. 27, de 4 abr. 2016	Dispõe sobre os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial.
Instrução Previc n. 28, de 12 maio 2016	Estabelece procedimentos para certificação, habilitação e qualificação de diretores e conselheiros.
Instrução Previc n. 29, de 6 jun. 2016	Dispõe sobre a instituição e o funcionamento de planos de benefícios setoriais.
Instrução Previc n. 30, de 22 jun. 2016	Altera a Instrução Previc n. 28, de 12 maio 2016.
Instrução Previc n. 31, de 8 ago. 2016	Dispõe sobre o cadastro e envio de arquivos eletrônicos com informações de carteiras de fundos de investimentos.
Instrução Previc n. 32, de 2 set. 2016	Estabelece procedimentos para elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.
Instrução Previc n. 33, de 1 nov. 2016	Estabelece procedimentos e define prazos para análise de requerimentos.
Instrução Previc n. 34, de 4 nov. 2016	Dispõe sobre o cadastro e envio de arquivos eletrônicos com informações de carteiras de fundos de investimentos.
Instrução Previc n. 35, de 2 dez. 2016	Altera a Instrução Previc n. 28, de 12 maio 2016.
Instrução Previc n. 36, de 20 dez. 2016	Altera a Instrução Previc n. 27, de 4 abr. 2016.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Promon de Previdência Social
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Promon de Previdência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Promon de Previdência Social, aqui denominado consolidado, por definição da resolução CNPC n.8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Promon de Previdência Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4



Conselho Deliberativo

Presidente

Luiz Fernando Telles Rudge

Conselheiros indicados

João Aparecido Gotardi Albanezi
Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Márcio Nieblas Zapater

Conselheiros eleitos

Cláudio Pfioster
Moisés Falco
Raul Antonio Del Fiol

Suplentes

Eduardo Werneck Vieira Marques
Ivan Cozaciuc
Lígia Senise Ferreira Bussad

Conselho Fiscal

Conselheiros indicados

Fábio Bittencourt R. de Oliveira
Márcio Emídio Gavioli

Conselheira eleita

Rosana Bretzel

Suplente

Caren Tie Itagaki

Diretoria Executiva

Diretor-presidente

Milton Lopes Antelo Filho (ARPB)

Diretores

Marcia A. Fernandes Kopelman
Mário Sérgio de Pina Ribeiro (AETQ)

Comitê de Investimentos

Mário Sérgio de Pina Ribeiro (coordenador)
André Natali Schonert
Ivo Godoi Junior
Luiz Fernando Telles Rudge
Luiz Gonzaga Marinho Brandão

**Composição em 31 de dezembro de 2016
(mandato 2016-2019)**



FPPS | Fundação Promon de Previdência Social

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
04543-900 São Paulo SP Brasil
www.fundacaopromon.com.br